

Quando a Paisagem Ganha Voz: Uma leitura de *Solo da Cana*, de Izabel de Barros Stewart

Resenha de: Barros Stewart, I. de (2025). *Solo da Cana*. Numa.

Junia Lúcio de Castro Borges¹

Submissão em: 30 jun. 2026

Aceite em: 17 ago. 2026

Resumo

Solo da Cana, de Izabel de Barros Stewart, parte de uma inversão narrativa singular ao conceder voz à cana-de-açúcar para revisitar os legados da *plantation*, da escravidão e da colonialidade nas relações entre sociedade, natureza e território. A relevância da obra para os estudos do turismo decorre justamente da possibilidade de refletir sobre como paisagens e territórios são compreendidos e experienciados quando a natureza deixa de ser concebida apenas como cenário, recurso ou atrativo. A resenha tem como objetivo analisar essa contribuição, partindo da hipótese de que, ao transformar a paisagem em sujeito de memória e enunciação, a dramaturgia oferece uma perspectiva relevante para questionar a mercantilização dos territórios e ampliar as formas de interpretá-los no campo do turismo. Para isso, desenvolve uma leitura interpretativa da obra em diálogo com estudos sobre colonialidade, relações sociedade-natureza, paisagem e turismo. A análise demonstra que a peça ultrapassa a denúncia das permanências coloniais ao propor uma reeducação da sensibilidade fundada na escuta e no reconhecimento das relações entre humanos e não humanos. Conclui-se que *Solo da Cana* contribui para os estudos do turismo ao sugerir outras formas de habitar, visitar, interpretar e reencantar os territórios.

Uma leitura interpretativa da narrativa da paisagem

Publicado em 2025, *Solo da Cana*, de Izabel de Barros Stewart, é um monólogo teatral posteriormente organizado para publicação em livro, no qual a cana-de-açúcar assume a

¹ Professora Adjunta do Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). **Endereço eletrônico:** junia.borges@ufma.br. **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-2641-8918>. **Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/4636747172131633>

condição de narradora de sua própria história. Por meio de sua voz, emergem memórias, conflitos e permanências históricas que atravessam a formação do território brasileiro. Ao conferir centralidade a um ser vegetal, a obra questiona a tradição antropocêntrica que historicamente reduziu a natureza à condição de objeto e suscita uma questão relevante para os estudos do turismo: como compreender e experienciar os territórios quando a natureza deixa de ser concebida apenas como cenário, recurso ou atrativo e passa a participar das relações que constituem a paisagem? Parte-se da hipótese de que esse deslocamento oferece elementos para problematizar modelos de desenvolvimento turístico baseados no consumo da paisagem e na mercantilização dos territórios.

A partir do impacto provocado pela experiência no teatro e das leituras e discussões realizadas com turmas das disciplinas de Geografia do Turismo e Planejamento Turístico II, do Curso de Turismo do Centro de Ciências de São Bernardo da Universidade Federal do Maranhão, esta resenha desenvolve uma leitura interpretativa de *Solo da Cana*, analisando como essa escolha dramática permite aproximar *Solo da Cana* dos debates sobre paisagem, território e turismo. A hipótese que orienta a análise é que, ao questionar a redução da natureza e dos territórios à condição de recursos e mercadorias, a dramaturgia oferece elementos para problematizar modelos de desenvolvimento turístico baseados no consumo da paisagem e na mercantilização de culturas e lugares. Nesse sentido, a obra é compreendida não apenas como uma crítica à colonialidade e às permanências da *plantation*, mas também como um convite a refletir sobre outras formas de interpretar, habitar, visitar e experienciar os territórios.

A narrativa acompanha a cana como testemunha dos processos que conformaram o território brasileiro. Sua fala atravessa as memórias da escravidão e da colonização, alcança as formas contemporâneas de exploração da terra e evidencia a permanência de racionalidades que, sob novas linguagens e modelos de desenvolvimento, continuam subordinando a vida, os corpos e a natureza à lógica econômica. A própria linguagem da peça explicita essa tensão ao incorporar termos associados à *plantation*, ao mercado e à gestão empresarial, contrapondo a racionalidade econômica às memórias e relações inscritas no solo. A dramaturgia transforma, assim, a história da cana em uma crítica às continuidades históricas das formas de exploração.

Essa singularidade é reconhecida também nos textos que antecedem a obra. No prefácio, João Saldanha, diretor da peça teatral na qual Izabel de Barros Stewart interpreta a cana, identifica uma escrita construída a partir de “silêncios e escutas”, marcada por uma “argumentação gramatical/vegetal”, na qual se entrelaçam as dimensões artística,

dramatúrgica e ambiental. A Profa. Dra. Aza Njeri, por sua vez, interpreta *Solo da Cana* como uma dramaturgia ecopedagógica em que a cana, simultaneamente planta e mulher, assume a condição de corpo político capaz de circunscrever memórias da escravidão, da colonização e da desumanização, convocando à reconstrução dos vínculos com a Terra. A obra propõe, assim, uma outra forma de escutar e interpretar as relações entre sociedade, natureza e paisagem.

A principal força de *Solo da Cana* reside na escolha de sua narradora. Ao conceder voz à cana-de-açúcar, a autora redefine o centro da narrativa e permite que a história da colonização brasileira seja recontada a partir de um sujeito tradicionalmente reduzido à condição de recurso econômico. A cana deixa de representar apenas uma cultura agrícola para tornar-se testemunha das sucessivas formas de exploração que marcaram a constituição do território brasileiro. Sua fala atravessa o passado escravocrata, alcança as formas contemporâneas de exploração da terra e do agronegócio e evidencia que as racionalidades que sustentaram o sistema de *plantation* permanecem atualizadas sob novas linguagens e modelos de desenvolvimento.

Essa crítica não é construída apenas pelo conteúdo do texto, mas também pela própria linguagem dramatúrgica. Izabel de Barros Stewart incorpora ao monólogo conceitos historicamente associados à exploração colonial, como *plantation*, e expressões oriundas do universo empresarial e financeiro, como *commodity*, *brokering and sales*, *input production*, *rentability*, *business plan* e ESG. Inseridos em uma narrativa poética, esses termos produzem estranhamento e evidenciam a naturalização de um vocabulário que reduz a terra, os corpos e a biodiversidade a indicadores de produtividade e rentabilidade. A autora subverte essa lógica ao tensionar os sentidos dessas palavras, revelando as contradições do discurso econômico e questionando a aparente neutralidade das categorias de mercado. Essa crítica também pode ser compreendida à luz da abordagem antiutilitarista discutida por Gerhard e colaboradores (2022), que rejeitam a compreensão do ser humano e da natureza como entidades orientadas exclusivamente pela racionalidade econômica. Para os autores, a perspectiva antiutilitarista opõe-se tanto à hegemonia da natureza econômica do sujeito quanto à racionalidade estritamente instrumental, que reduz o valor das pessoas, dos seres e das coisas à sua utilidade para atingir determinados fins. *Solo da Cana* rompe essa lógica ao restituir à cana, ao solo e à paisagem dimensões históricas, éticas, afetivas e políticas que escapam à lógica da produção e do consumo. Além disso, as notas de rodapé ampliam a crítica da peça ao explicitar as conexões entre exploração ambiental, escravidão e acumulação de riqueza, revelando que

violência social e degradação ambiental constituem expressões de uma mesma racionalidade histórica.

Essa permanência da colonialidade também se manifesta nas práticas de organização e apropriação dos territórios turísticos. Ao analisar o Turismo de Base Comunitária no Brasil, Costa da Silva (2023) demonstra que formas contemporâneas de planejamento e gestão podem reproduzir relações assimétricas de poder, mantendo comunidades e seus modos próprios de organização em posições periféricas. Embora partam de objetos distintos, a dramaturgia de Izabel de Barros Stewart e a análise de Costa da Silva convergem ao evidenciar que a colonialidade não constitui apenas um episódio histórico, mas uma racionalidade que continua organizando formas de apropriação dos territórios, de exploração da natureza e de invisibilização de outros modos de existência. Nessa mesma direção, Souza Junior e Gonçalves (2025) mostram que a mercantilização dos saberes tradicionais pode esvaziar seus significados originais ao recontextualizá-los segundo a lógica do mercado.

Nesse contexto, *Solo da Cana* não apresenta a *plantation* apenas como um sistema agrícola do passado. A obra a revela como uma matriz de pensamento que persiste na transformação da terra em mercadoria, da biodiversidade em ativo econômico e da diversidade de modos de vida em monoculturas materiais e simbólicas. Essa racionalidade também opera no plano epistemológico, ao invisibilizar outras formas de produzir conhecimento, organizar discursos e compreender as relações entre sociedade e natureza, como evidencia Costa da Silva (2023).

Se a primeira inflexão de *Solo da Cana* consiste em denunciar as permanências da lógica colonial, a segunda reside na possibilidade de imaginar outras formas de relação entre humanos e natureza. A dramaturgia de Izabel de Barros Stewart não se limita a expor a violência da *plantation* ou a mercantilização da vida; ela propõe uma mudança mais profunda, de natureza epistemológica e sensível. Ao permitir que a cana fale, recorde, questione e convide ao diálogo, a autora reposiciona a natureza da condição de objeto para a de sujeito, rompendo com a tradição moderna que a reduz a recurso disponível ao uso humano. Gomes e Braga (2024) reforçam essa ideia ao afirmar: "profundas alterações com relação ao tratamento dado à natureza, que deixou de ser coisa para receber sentido relacional, de caráter ecossistêmico e feição intangível".

Essa proposta aproxima a obra de debates contemporâneos que questionam os dualismos modernos entre natureza e cultura, humano e não humano. Em abordagem multiespécies, Leite e Fantinel (2024) defendem que a superação da racionalidade

antropocêntrica exige reconhecer a agência dos seres “mais-que-humanos” e construir formas de organização capazes de incorporar outras existências e temporalidades. Nessa direção, Gomes e Braga (2024) discutem uma compreensão da natureza que deixa de tratá-la como coisa para reconhecê-la em seu sentido relacional e ecossistêmico. Embora Isabel de Barros Stewart não utilize esses vocabulários teóricos, sua dramaturgia realiza, no plano artístico, movimento semelhante: a cana deixa de ser paisagem ou matéria-prima para tornar-se sujeito de memória, linguagem e ação.

Essa mudança também redefine a própria compreensão da paisagem. Em *Solo da Cana*, o solo deixa de representar apenas um suporte físico para a produção agrícola e passa a condensar histórias, violências, afetos e possibilidades de regeneração. A paisagem emerge como expressão das relações construídas entre humanos e não humanos ao longo do tempo, incorporando tanto as marcas da exploração quanto o potencial de transformação. A crítica à monocultura, recorrente na obra, ultrapassa a dimensão agrícola e alcança os modos de pensar, sentir e habitar o mundo. Ao denunciar o “achatamento” da diversidade produzido pela racionalidade colonial, a autora evidencia que a crise contemporânea não é apenas ecológica ou climática, mas também uma crise de sensibilidade.

Embora *Solo da Cana* não trate diretamente do turismo, sua contribuição para esse campo torna-se evidente quando a obra é lida a partir das relações entre paisagem, territorialidades e modos de habitar. Ao denunciar a redução da natureza à condição de mercadoria, a autora interpela modelos de desenvolvimento que transformam territórios, culturas e ecossistemas em ativos econômicos destinados ao consumo. Essa crítica ultrapassa o universo do agronegócio e alcança diferentes formas de apropriação contemporânea da natureza, entre elas aquelas mediadas pelo turismo. Nesse sentido, Lobo (2018), ao analisar o turismo em Cabo Verde, demonstra que a produção de imagens paradisíacas dos destinos pode apoiar-se na construção de “simulacros” que simplificam paisagens e culturas para atender ao imaginário turístico, mercantilizando identidades e reproduzindo assimetrias herdadas da colonialidade. Assim como em *Solo da Cana*, a diversidade territorial é comprimida para tornar-se economicamente consumível.

A contribuição da obra não se limita à crítica. Ao substituir a lógica da exploração pelo convite ao diálogo com a natureza, *Solo da Cana* aponta para possibilidades de reconstrução da experiência territorial. Nesse aspecto, aproxima-se das reflexões de Sant’Anna e Fratucci (2024), para quem o fortalecimento do apego ao lugar depende da valorização das histórias, memórias e vínculos afetivos construídos entre pessoas e territórios.

A obra de Izabel de Barros Stewart amplia essa perspectiva ao sugerir que tais vínculos não se restringem às relações entre seres humanos, mas podem incluir demais seres que constituem a paisagem, reconhecendo-lhes memória, agência e capacidade de afetar a experiência humana.

Essa compreensão desloca a própria ideia de paisagem. Em vez de concebê-la como cenário destinado à contemplação ou ao consumo, *Solo da Cana* apresenta a paisagem como uma construção relacional, produzida pelas interações históricas, culturais, ecológicas e afetivas entre humanos e não humanos. Essa perspectiva encontra ressonância em abordagens que compreendem o turismo para além de uma atividade de serviços, reconhecendo-o como fenômeno cultural e histórico enraizado na diversidade ambiental e nas relações sociais (Ferreira & Heleno, 2025). Em consonância com Simmel (2009), para quem a paisagem resulta de uma elaboração cultural da natureza, *Solo da Cana* transforma o olhar e, consequentemente, a própria paisagem: aquilo que antes era percebido como recurso econômico passa a assumir a condição de sujeito de memória e experiência. A peça também materializa a compreensão de Berque (1994) de que a paisagem é, simultaneamente, marca e matriz das sociedades: marca por inscrever as cicatrizes da *plantation*, da escravidão e da colonialidade; e matriz por continuar moldando as formas contemporâneas de perceber, conceber, habitar, visitar e agir sobre o território. *Solo da Cana* oferece, ainda, uma provocação que se aproxima dos debates sobre planejamento e gestão participativa do território desenvolvidos por Borges (2018). Se, nesse campo, a ampliação da participação busca incorporar diferentes sujeitos e perspectivas à interpretação e à construção das decisões sobre o território, a dramaturgia radicaliza a própria pergunta sobre quem pode falar sobre a paisagem: ao conceder voz à cana-de-açúcar, inclui simbolicamente na narrativa uma existência historicamente reduzida à condição de recurso. A obra propõe, assim, a escuta da paisagem, que se torna capaz de narrar sua própria história e interpelar eticamente o leitor.

Solo da Cana distingue-se por articular dramaturgia, crítica socioambiental e reflexão política em uma obra que desafia as formas convencionais de compreender as relações entre sociedade e natureza. Ao conferir voz à cana-de-açúcar, Izabel de Barros Stewart não apenas denuncia as permanências da colonialidade, da *plantation* e da mercantilização da vida, mas promove um deslocamento epistemológico: a natureza deixa de ocupar o lugar de objeto da história para tornar-se sujeito de memória, linguagem e interpretação.

Ao longo desta leitura, buscou-se demonstrar que a principal contribuição da obra ultrapassa a crítica ao modelo colonial de exploração dos territórios. Sua força reside na capacidade de reeducar a sensibilidade do leitor por meio da arte, convidando-o a reconstruir

sua relação com a paisagem. Nesse sentido, Izabel de Barros Stewart materializa uma compreensão relacional da paisagem, na qual solo, vegetação, memória, cultura e história deixam de constituir elementos dissociados para formar uma trama viva de relações entre humanos e não humanos. Essa perspectiva amplia significativamente o diálogo da obra com os estudos do turismo. Em um contexto em que destinos, culturas e paisagens frequentemente são reduzidos a produtos, experiências e imagens para consumo, *Solo da Cana* recorda que os territórios não são apenas recursos econômicos ou cenários de visitação. São espaços de memória, de conflito, de pertencimento e de vida. Mais do que defender um turismo sustentável, a obra sugere a necessidade de um turismo capaz de reencantar os territórios, substituindo a lógica da exploração pela ética da escuta, do reconhecimento e do cuidado.

Talvez seja essa a maior contribuição de Izabel de Barros Stewart para os estudos da paisagem: mostrar que interpretar um território não significa apenas descrevê-lo ou analisá-lo, mas aprender a escutá-lo. Ao fazer a paisagem falar, *Solo da Cana* revela dimensões históricas, ecológicas e afetivas que permanecem invisíveis quando o território é observado apenas sob a ótica da produtividade ou do consumo. A peça converte-se, assim, em uma forma de interpretação da paisagem, ampliando o horizonte crítico tanto das artes quanto dos estudos do turismo.

Ao final da obra, permanece o convite formulado pela própria autora: "Nossa relação ainda pode dar caldo. Então vem. Cria outro clima. Encanta-se. Canta-te". Não se trata apenas de uma convocação poética, mas de um chamado ético para reconstruir as formas de habitar, visitar, interpretar e compartilhar a Terra. Por essa razão, *Solo da Cana* constitui uma leitura relevante não apenas para pesquisadores das artes cênicas e das humanidades ambientais, mas também para estudiosos da paisagem, das territorialidades e do turismo. Ao fazer a paisagem narrar sua própria história, Izabel de Barros Stewart transforma a dramaturgia em uma forma de interpretação da paisagem. Mais do que representar um território, a obra ensina uma maneira de lê-lo, escutá-lo e, assim, abrir caminho para seu reencantamento.

Referências

- Barros Stewart, I. de (2025). *Solo da Cana*. Numa.
- Berque, A. (1994). *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Éditions Champ Vallon.
- Borges, J. L. de C. (2018). *Democracia online em planejamento e gestão do território: Midia social e ferramentas de planejamento participativo*. Autor.
- Costa da Silva, F. (2023). Turismo de Base Comunitária no Brasil e sua condição de periferia (re)produzida pelo Estado. *REVISPATTUR*, 1(1), 4-19.

- Ferreira, G. A., & Heleno, C. T. (2025). Condições de trabalho em restaurantes de Diamantina/MG: Entrevistas com trabalhadores/as informais. *REVISPATTUR*, 3(1), 48–72.
- Gerhard, F., Freitas, A. A. F., & Graf, R. (2022). Anti-utilitarian market approach: an essay on collaborative consumption. *Brazilian Journal of Marketing*, 21(2), 651-672.
- Gomes, M., & Braga, S. (2024). A caracterização dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente dos municípios do território da APA Delta do Parnaíba. *REVISPATTUR*, 2(1), 30-56.
- Leite, M. C. O., & Fantinel, L. D. (2024). Organizing in the ruins: Contributions of multispecies approaches in Administration. *Revista de Administração Contemporânea*, 28(1), e230243.
- Lobo, A. (2018). África... mas não muito! Turismo e africanidade em Cabo Verde. *Mana*, 24(3), 941-972.
- Sant'Anna, E. S., & Fratucci, A. C. (2024). O papel do apego de residentes ao lugar no design de experiências turísticas no espaço rural. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 18, e-2953.
- Souza Junior, F. A. S., & Gonçalves, M. F. (2025). O ofício dos abridores de letras da Amazônia: entre proteção e exploração cultural. *REVISPATTUR*, 3(1), 4-28.
- Simmel, G. (2009). *A filosofia da paisagem*. Universidade da Beira Interior. http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georg_filosofia_da_paisagem.pdf acesso em jun. de 2026.

